

RESENHAS

REVIEWS

VENTURINHA, Nuno. *Description of Situations: an Essay in Contextualist Epistemology*. Cham: Springer, 2018.

WAGNER TELES DE OLIVEIRA. *Universidade Estadual de Feira de Santana, BRASIL*
woteles@gmail.com

RECEIVED: 29/07/2020

ACCEPTED: 05/02/2021

Description of Situations, o mais novo livro de Nuno Venturinha, tem 96 páginas. A brevidade não é por certo a sua única virtude, tampouco a mais notável. O livro é guiado pela interrogação filosófica a respeito dos fundamentos do conhecimento, com o propósito de avaliar as soluções do contextualismo para problemas centrais da epistemologia. O propósito de lançar luz sobre os méritos e defeitos da perspectiva contextualista ganha corpo numa estratégia simples e audaciosa, cujo desfecho é surpreendente por envolver o deslocamento de questões tipicamente epistemológicas para o âmbito da moral. É imprescindível a essa estratégia a apresentação de tentativas filosóficas, as mais variadas e, por vezes, antagônicas, de responder as questões vinculadas ao problema epistemológico de fundamentação do conhecimento. Uma a uma, as tentativas são apresentadas muito mais com o propósito de fazer ver sua insuficiência do que pelo interesse na exposição porque o autor tenciona, como o faz, apresentar suas próprias soluções para os problemas de que trata. Dessa maneira, a apresentação do pensamento alheio é subordinada ao interesse de construir sua própria saída do labirinto filosófico em que o contextualismo está enredado. Não se detém, portanto, na exegese de textos filosóficos, mas também não descuida dos rigores típicos da boa exegese. Não sem uma boa dose de simplificação, pode-se dizer, a saída consiste na defesa de um contextualismo epistêmico que se pretende de inspiração wittgensteiniana.

No entanto, não é exatamente um esboço de paisagens composto pelo voo livre do pensamento o que o livro de Nuno Venturinha logra elaborar. O ponto de partida é que somos seres situados no mundo. Cada uma das cenas de nossas vidas já é dada a partir de um *framework*, do qual as situações cotidianas, de maneira geral, sequer permitem nos darmos conta. O conhecimento que elaboramos sobre o mundo à nossa volta, pessoas e coisas, assim, seria construído na dependência das coisas ou estaria a mercê do contexto em que o mundo, tal como o vemos, é construído. Neste caso, o mundo seria um feixe de diferentes perspectivas individuais e sociais. Trata-se de decidir se prepondera sobre o conhecimento o aspecto subjetivo ou o que está



fora de nós, as idiossincrasias do sujeito ou os condicionantes sociais que lhe caem sobre os ombros e orientam seu caminho. Duas alternativas, no final das contas, que compreendem duas maneiras distintas de contar a história da fundamentação do conhecimento, sendo também duas as formas de enfrentar o desafio cético. O centro de gravitação do livro, então, é a questão acerca da possibilidade de conciliar o caráter objetivo do conhecimento sobre o mundo com a natureza inescapavelmente subjetiva do acesso a esse mesmo mundo. O seu autor promete levar o contextualismo em consideração, não sem a ressalva de que seguirá a rota não convencional aberta pelo pensamento de Wittgenstein. (Venturinha 2018, p.ix)

Se a preservação da objetividade se vê ameaçada pelo caráter subjetivo do acesso ao mundo, é que um tal caráter associa-se diretamente ao fato de o mundo ser para o sujeito a totalidade de suas representações, cuja posse lhe escapa em virtude da dinâmica em que se enreda a vida subjetiva. Essa situação torna um tanto dramática a tarefa de fundamentação do conhecimento. Por um lado, o mundo só pode ser conhecido à medida que é dado a um sujeito. Por outro, a natureza subjetiva das representações não caracteriza a posse delas, e o sujeito assiste, uma a uma, à desintegração delas, pois o âmbito em que elas ancoram só pode estar situado no mundo, que deve existir como uma realidade independente das representações. O preço a pagar pela redução do mundo às representações subjetivas é a legitimidade ou mesmo a possibilidade de fazer representações. Nesse ponto, Nuno Venturinha segue as trilhas da velha lição cartesiana. Aquela segundo a qual da afirmação de que eu sei sempre pode se seguir a pergunta “mas por quanto tempo?”. Afinal de contas, o sujeito e suas representações estão submetidos à temporalidade do mundo e das coisas. O direito de existência das representações tem como condição um certo pertencimento ao mundo sem cuja presença o sujeito está entregue ao vazio da própria subjetividade. Não tem outro sentido o recurso ao poeta espanhol Agustín Fernández Mallo: “la suma de lo vivido siempre da cero”. (Cf. Venturinha 2018, p.16) E não é sem razão que essas palavras do poeta tenham sido extraídas de um texto que faz referência ao *Tractatus* de Wittgenstein.

A alusão à fenomenologia é enganosa se não for lida a contrapelo do poeta Mallo exatamente porque o que diz o poeta é dito à sombra do pensamento de Wittgenstein. Mas nem por isso o leitor pode precipitar-se e pôr o livro na estante crente que tem consigo uma obra comprometida com o pensamento wittgensteiniano, pois mesmo a perspectiva de Wittgenstein não está a salvo da subordinação aos propósitos do autor. O livro sobrevoa a história da filosofia, recusando-se a posar-se das soluções para os problemas que ela própria inventou. Uma tal recusa relaciona-se intrinsecamente com o desfecho negativo do livro, apresentado em seu penúltimo capítulo: não há solução para o ceticismo. O ceticismo ofereceria resistência por não ser possível expurgá-lo de uma vez por todas por meio de uma argumentação teórica. É importante que o leitor tenha em conta que esta conclusão é alcançada pelo autor no

capítulo que antecede o desfecho do livro, como também que a passagem entre um e outro capítulo compreende transitar do terreno da epistemologia para o território da moral, sem com isso deixar para trás o que há de essencial nos problemas que pretendia resolver no primeiro. Isto quer dizer, dentre outras coisas, que a solução pretendida tem a forma de uma atitude epistemológico-moral. (Venturinha 2018, p.87) A passagem da epistemologia à moral depende da rota pavimentada pelo pensamento de Wittgenstein, cujos movimentos conduziram o contextualismo semântico a uma rejeição bastante peculiar do ceticismo, caracterizada por uma certeza entendida como intrinsecamente carente de razões. Nesse ponto, o contextualismo de tipo wittgensteiniano — considerado como apto à batalha contra o ceticismo, no nono capítulo, e exaltado, no décimo, a contrapelo do pensamento de Husserl — parece mostrar-se muito mais como uma espécie de reconhecimento da impotência da razão frente ao ceticismo. É verdade que o pensamento de Wittgenstein, sob esse ângulo, tem muito mais a virtude de esclarecer as razões por que vencer o ceticismo com as armas do raciocínio é impossível do que o mérito de ser uma resposta satisfatória ao desafio cético. Tendo chegado a essa conclusão, Nuno Venturinha aposta todas as suas fichas no que chama de *“moral-epistemological attitude”*. É por essa razão que acreditamos, como já disse, que mesmo o pensamento de Wittgenstein, cuja rota Nuno Venturinha promete seguir, é subordinado aos seus propósitos. A questão é saber em que medida ter percorrido a rota da reflexão de Wittgenstein não o conduz para fora dos muros, a ponto de mesmo de pagar o preço de pensar na contramão de Wittgenstein. Nuno Venturinha, como bom wittgensteiniano, sabe muito bem que trilhar por si mesmo uma das muitas veredas abertas pelo pensamento de Wittgenstein pode implicar extraviar-se para além dos limites em que esse mesmo pensamento está circunscrito. Nesse caso, além de tudo, o leitor está em condições de perguntar-se se por acaso o desfecho do livro, além de trair sua inspiração original, não consistiria na formulação de uma solução que ele próprio julga impossível: uma solução teórica para o ceticismo. O percurso feito entre o primeiro capítulo e o nono conduz o livro a essa encruzilhada. Porém, como se chega a ela?

No primeiro capítulo, são exploradas as razões por que o contextualismo estabelece que o conhecimento requer a atribuição de pressuposições, tendo como pano de fundo a ideia de que o pensamento não estaria em condições de reclamar direito de existência sem uma linguagem. Em particular, a dificuldade de expressar sensações faz parecer haver pensamento sem linguagem, quando, na verdade, a linguagem não é tão simplesmente uma forma de comunicação entre seres humanos, nem pode ser identificada com uma língua específica. (Venturinha 2018, p.8) As palavras são introduzidas no nosso vocabulário e são acomodadas numa gramática que determina o pensamento a ponto de não ser possível ter consciência do mundo senão linguisticamente. Em sendo assim, contrariamente à defesa do contextualismo feita por Baumann, atribuições de conhecimento necessitam ganhar expressão na lingua-

gem. Aliás, já são formadas linguisticamente. Não é como se precisássemos de uma explicação contextualista para atribuições não linguísticas e uma mais geral, capaz de abarcar o não linguístico e o linguístico. (Venturinha 2018, p.8) Também aqui, como em o todo o livro, o propósito a ser alcançado é mais importante do que a apresentação do pensamento alheio, utilizado como escada ou como exemplo a não ser seguido.

Depois de ter enfrentado questões envolvidas na relação entre raciocínio e linguagem, Nuno Venturinha passa, no segundo capítulo, ao tema “What the World Is Made of”. O mundo exterior não é constituído unicamente de objetos, dirá ele, como faz parecer a distinção com a qual operamos entre interioridade e exterioridade. (Venturinha 2018, p.21) O mundo deve ser entendido também como uma soma de perspectivas transversais, que se reportam a um mundo que existe em si mesmo e ao qual as próprias representações pertencem. Daí pode-se dizer que o mundo existe em si mesmo muito mais do que constituído apenas de objetos. Contra toda aparência em contrário, o mundo é composto de relações entre coisas ou estados de coisas, que podemos reconhecer, mas que não dependem de nós. Tendo como ponto de partida a distinção peculiar feita pelo *Tractatus* de Wittgenstein entre fatos e coisas, cujo principal efeito é compreender o mundo como constituído por relações, Nuno Venturinha põe o subjetivismo contra a parede ao considerar que os fatos ou mesmo as lembranças do passado não deixam de existir à medida do perecimento do sujeito. O contrário disso implicaria a soma do vivido como sendo zero. O passado naturalmente existe na mente de quem está apto a reconstruí-lo, mas os fatos, eles próprios, devem estar em algum lugar. (Venturinha 2018, p.16) Os fatos são a fonte múltipla das representações individuais, sejam essas representações precisas ou não. Se não houvesse quem fizesse representação dos acontecimentos, eles subsistiriam *per se*. E Nuno Venturinha está convencido de que não passa de um erro subscrever a existência *per se* dos fatos como aplicável unicamente ao que se passa exatamente agora, pois abre o flanco para o ceticismo. O mundo que existe com independência da percepção, mas ao qual as representações também pertencem, é propício à ideia de que a existência *per se* dos fatos estende-se ao passado.

Não se iluda o leitor. A diversidade de filosofias e de argumentos apresentados não quebra a continuidade entre os capítulos. Ao passar o contextualismo em revista, os capítulos terceiro, quarto e quinto puxam a ponta solta deixada pelo capítulo segundo: “how can we gain access to something that does not seem to exist anywhere?”. Importa muito mais a retomada dessa questão do que propriamente os argumentos que a provocam, pois é por terem sido lidos à luz dela que os argumentos apresentados, sobretudo de Bolzano, conduzem o autor a concluir ser essencial a uma teoria da verdade por correspondência preservar a estrutura do mundo como algo independente, não havendo outra maneira de evitar as ciladas do perspectivismo a que se chega pelo ajuste perfeito entre os conceitos e os objetos. Tendo chegado a essa

conclusão no terceiro capítulo, os dois capítulos seguintes compreendem uma investigação sobre o lugar na obra de Frege para um ponto de vista absoluto, se houver algum. Menos metafísica, a obra de Frege seria um terreno mais propício do que a de Bolzano para pensar como uma tal saída pode ser conciliada com o contextualismo.

A exploração da concepção fregiana de pensamento faz Nuno Venturinha subscrever a expressão de Dummett segundo a qual ela não passa de uma peça de mitologia filosófica. A solução fregiana, assim, não escapa à característica hipostasiação metafísica de Bolzano, a cuja obra se vincula. O tributo à metafísica é o preço a pagar por situar a fonte da objetividade a salvo das idiosincrasias psicológicas e do mundo. Do ponto de vista do autor, é exatamente o saldo do mito fregiano do terceiro domínio. Encharcado de metafísica, mas um instrumento conceitual que permite conciliar o caráter contínuo do independente contexto do conhecimento com o fundamentalmente discreto dependente contexto do conhecimento. Noutras palavras, trata-se de um mito dotado de notável capacidade explicativa por possibilitar entender como o Porto da Barra pode continuar a ser o mesmo para mim e para Luíza, uma vez que as impressões sensoriais que temos do azul do mar, dos movimentos das ondas, da areia banhada pelas águas, do mar quando quebra na praia, das pessoas que por lá transitam, são simplesmente irreduzíveis. Se as coisas se passam assim, é que o mito do terceiro domínio permite compreender os pensamentos sobre o Porto da Barra num sentido inteiramente não-psicológico e, com efeito, possibilita distinguir e separar entre as condições de verdade, sempre relativas a um contexto específico, e a atribuição inevitavelmente subjetiva de um valor de verdade.

A questão para o autor é que a saída dessa encruzilhada filosófica não pode consistir em admitir uma concepção ambígua de conhecimento como característica do contextualismo, que deve ser evocado unicamente com o propósito de elaborar padrões epistemológicos consistentes. O ceticismo radical, apresentado a partir da obra de Descartes, no oitavo capítulo, é o mais capital desafio à tentativa de elaborar tais padrões. A extensão do desafio cético, no entanto, não pode se esclarecer adequadamente sem a exploração das consequências filosóficas da concepção de ‘pensamento’ de Frege, com atenção especial para a principal delas, (1) haver pensamento sem sujeito que o pense, e, o seu mais fundamental desdobramento, (2) o quanto o objetivismo seria um caminho sem volta para o determinismo. (1) e (2) são abordadas, respectivamente, no quinto e no sexto capítulos. No primeiro caso, a dificuldade de saber quem pensa os pensamentos fregianos é vencida, sem muita cerimônia, pela remissão, tanto da obra de Frege quanto da de Bolzano, à reflexão de Tomás de Aquino. Ambas, embora cada uma à sua maneira, estariam comprometidas com o que a distinção entre conhecer *in actu* e *in potentia* tem de essencial: preservar a independência da verdade em relação ao reconhecimento da verdade. Não resta dúvida de que essa medida filosófica salva a objetividade, mas não sem um alto preço. Por ela, a criatividade humana seria anulada nos estreitos limites do determinismo.

A fonte da objetividade não pode ser etérea a ponto de implicar a subtração do caráter humano do conhecimento, tampouco pode ser pedestre a ponto de confundir-se com idiosincrasias subjetivas. Não nos parece ser por outra razão que Nuno Venturinha explora a noção de ‘evidência’, tal como Wittgenstein a entende em sua obra tardia. Por oposição a uma evidência como resultado de uma investigação, uma evidência natural, adquirida ao longo dos atos subjetivos regrados que constituem a prática da linguagem (*Praxis der Sprache*). Aqui, deve chamar a atenção do leitor a ordem de exposição. A dúvida cética cartesiana é passada em revista (capítulo oitavo) somente depois de explorada a noção de ‘evidência’ wittgensteiniana (capítulo sétimo). O ceticismo cartesiano talvez só tenha sentido num ambiente lógico em que a fonte da objetividade seja etérea. A ‘evidência’ wittgensteiniana interessa aos propósitos de Nuno Venturinha exatamente por instalar-se na frágil condição humana. É a evidência alcançada sem a desconsideração da característica debilidade humana, sem perder de vista sequer por um instante que somos seres situados. O ceticismo cartesiano, por isso, não deixa de figurar como um dos mais radicais desafios céticos. A ordem de exposição, porém, desnuda os propósitos do autor. Sem desconsiderar as virtudes do projeto de fundamentação do conhecimento cartesiano, a sua apresentação, se não tem o propósito, quando menos, tem o efeito, por contraste com a ‘evidência’ wittgensteiniana, de lançar luz sobre a natureza etérea da ‘evidência’ de um tal projeto. Muito embora tenha o mérito de ter tornado incontestes o quanto seria extraordinariamente difícil fazer a passagem das próprias representações subjetivas ao mundo, o programa cartesiano cometeria o pecado de tornar o contexto epistemicamente irrelevante. Com isso, passa a ser indiferente se o sujeito da dúvida é um ser humano ou um cérebro numa cuba. (Venturinha 2018, p.62)

Aquela dificuldade filosófica que Nuno Venturinha reputa ser o principal mérito do programa cartesiano, segundo ele, tem lugar cativo na teoria do conhecimento de Kant (Venturinha 2018, p.62). O nono capítulo é dedicado exatamente aos desdobramentos dessa dificuldade filosófica no pensamento kantiano. Antes de chegar nesse ponto, no entanto, o livro dedica três seções do capítulo sétimo à maneira como Fernando Gil compreende a evidência. Uma atenção especial a essas seções, a meu ver, fundamental à compreensão do alcance da reflexão filosófica do autor nas páginas seguintes e, talvez, imprescindível à captura de seu sentido. Nas primeiras linhas da primeira das seções dedicadas ao pensamento de Fernando Gil, Nuno Venturinha anota tratar-se de um autor “claramente influenciado por Wittgenstein”. (Venturinha 2018, p.52) Muito longe de ser o caso de reduzir o pensamento de Fernando Gil a influências, essa observação descortina o que interessa à trama filosófica do autor e por quais razões. O pensamento de Fernando Gil volta-se não àquela evidência que resulta da demonstração, mas à evidência que não estaria ancorada numa cadeia de razões, sendo, portanto, *grundlos*. Tal como para Wittgenstein, em *Sobre a Certeza*, para Nuno Venturinha, a dificuldade é compreender a ausência de razões da evi-

dência, índice inequívoco da fragilidade da existência humana. Ao insistir, então, no caráter situado do ser humano, Nuno Venturinha está, no final das contas, abrindo caminho para a perspectiva segundo a qual as mais diferentes respostas ao desafio cético têm em comum: o fato de terem fracassado pois indiferentes ao contexto humano. Por isso mesmo, nada mais natural que a mais ambiciosa delas — a filosofia transcendental de Kant — não escapula do fracasso. (Venturinha 2018, p.70) É também por isso que um contextualismo wittgensteiniano se sai muito bem da enrascada cética. As coisas não se passam, porém, como se a história da filosofia consistisse em sucessivas tentativas de resolver problemas que apenas a obra de Wittgenstein teria o condão de solucionar.

A festa, aos olhos de Nuno Venturinha, não está completa sem a presença da obra de Husserl. Embora a agenda da epistemologia contextualista seja estranha à fenomenologia de Husserl, contra toda aparência, elas têm algo em comum. Nuno Venturinha não poderá fazer ver a familiaridade entre elas senão a partir de uma ligeira mas incisiva correção da interpretação da oposição feita por Husserl entre os modos concretos de apresentação da experiência. (Venturinha 2018, p.75) Com a ideia do *als ob*, Husserl teria em vista, ao contrário do que outras leituras podem supor, não mais do que modalidades. A maneira de interpretar Husserl defendida por Nuno Venturinha põe a fenomenologia, a despeito de seus resquícios escolásticos, em relação com a epistemologia contextualista, na medida em que acentua a positividade de uma consciência que não pode ser senão a consciência de algo diferente de si mesma. Se a festa não pode estar completa sem Husserl, a sua presença não garante o final feliz da história. Afinal, embora a fenomenologia tenha o mérito de não subscrever teorias metafísicas, a redução fenomenológica faz restar o sujeito e a experiência cuja soma é não mais do que a consciência. Assim, o preço da renúncia à metafísica, não sem alguma ironia, é o solipsismo. Afinal, a certeza alcançada a partir da redução não pode ter história nem permite afirmar a existência de absolutamente nada diferente da consciência. (Venturinha 2018, p.78) Este veredito abre caminho para a consideração do caráter problemático do ‘mundo da vida’ (*Lebenswelt*) de Husserl e das virtudes filosóficas da noção de ‘*Hintergrund*’ (*background*) de Wittgenstein a serem exploradas no capítulo onze.

A questão a respeito de como seria possível o conhecimento objetivo do mundo se o mundo é sempre o mundo para um sujeito não deixa, em momento algum, o ponto a partir do qual a unidade do livro se constitui. No entanto, os dois últimos capítulos parecem deslocar-se do centro de gravitação em que consiste essa questão fundamental. Também nesse caso, as aparências enganam. O aparente deslocamento tem início no final do capítulo onze, quando Nuno Venturinha admite que mesmo a melhor das respostas ao desafio cético deixa para trás algum resíduo da vertigem epistêmica produzida por esse mesmo desafio. Antes disso, a dúvida cética é apresentada do ponto de vista de Wittgenstein como estando na contramão das práticas linguísti-

cas. Por essa perspectiva, ela não poderia ser enfrentada como se pudesse se resolver em proposições verdadeiras ou falsas, pois violaria a gramática da lógica de maneira a ser uma dúvida simplesmente ininteligível. A gramática é fundada socialmente, não podendo, portanto, constituir um arcabouço teórico indiferente ao que se passa na vida. Por isso aquilo que é pronunciado pelo cético não poderia ser assimilado à sua vida. Depois disso, o capítulo doze abre um horizonte quase completamente novo.

O resíduo deixado para trás até mesmo pelo apelo ao caráter não fundamentado das convicções, que caracteriza a resposta de Wittgenstein ao ceticismo, resulta do reconhecimento da impossibilidade de eliminar a força destruidora do ceticismo por meio de argumentações de natureza teórica. O ceticismo, nesse caso, joga em casa. A nova clareira aberta pelo capítulo doze consiste numa lição depreendida da estratégia de Wittgenstein, que faz o ceticismo jogar num campo cujas condições esmaecem sua força corrosiva. Por essa razão, aquela aparência de deslocamento só pode ser enganosa. É verdade, entretanto, haver algo a mais no capítulo doze que exige o leitor da culpa por um eventual engano. Ao longo de todo o livro, Nuno Venturinha apresenta filosofias alheias motivado por uma reflexão própria; o capítulo doze, num jogo de continuidade e ruptura com essa estratégia argumentativa, confere uma ênfase maior à apresentação de reflexão filosófica própria. É inócua apontar a desfiguração do matrimônio sagrado entre o comentador e a obra, até porque é ineludível a competência de Nuno Venturinha quando dedicado ao comentário da obra de Wittgenstein. A mudança de rota que faz a questão passar a ser tratada no âmbito da moral é claramente o saldo da soma entre a virtude do comentário e o ensaio de uma feliz reflexão filosófica que não se detém em expor argumentos alheios.

A vertigem epistemológica, segundo Nuno Venturinha, simplesmente não tem lugar no campo moral, uma vez que as minhas ações repercutem inevitavelmente para além de mim. Não haveria, por essa perspectiva, margem para questões que ponham em causa a objetividade do mundo que me cerca, pois as repercussões das minhas ações se passam no mundo, não havendo sentido na ação moral sem que haja outros à minha volta. (Venturinha 2018, p.91) Por outro lado, as proposições dobradiças (hinge propositions), para Wittgenstein, ocupam um lugar imune à dúvida, dentre outras razões, por serem constitutivas das elaborações simbólicas, de tal sorte que uma dúvida que as pusesse em xeque não contaria com condições de formulação. O caráter dessas proposições se resolve nas práticas humanas em relação às quais elas funcionam como ponto cego. Se a dúvida cética não tem lugar no interior dessas práticas, é que essas proposições refletem acordos nos quais estão ancoradas as práticas e sem os quais não há que se falar em comunidade linguística. A necessidade dessas proposições tem uma história que consiste no seu estabelecimento ao longo das práticas, sendo a sua validade relativa à comunidade a que essas mesmas práticas pertencem. Como não há sentido em haver práticas sem a possibilidade de regramento das ações e não há um tal regramento na ausência de padrões de correção

das ações, então haver proposições indubitáveis supõe a existência de uma comunidade. E não é, portanto, um exagero dizer que as práticas responsáveis por forjar a imunidade daquelas proposições à dúvida cética supõem a existência de uma comunidade linguística. Claro efeito de a certeza sobre essas proposições ser instituída ao longo do tempo e à medida das práticas, os acordos nos quais a comunidade está ancorada não podem jamais ser definitivos. Se as coisas se passam mesmo assim para Wittgenstein, e Nuno Venturinha sabe disso, então é difícil entender por quais razões a vertigem epistemológica produzida pelo ceticismo continua como uma brasa que se assoprar pode acender de novo quando confrontada pela saída wittgensteiniana, mas seria reduzida às cinzas, quando se lhe convida a habitar o domínio da moral. (Venturinha 2018, p.87)

Nuno Venturinha parece escolher o âmbito da moral exatamente porque nele as coisas não se passam como parecem à primeira vista. Tudo se passa como se o problema da objetividade fosse resolvido num passe de mágica. Mas, no final das contas, as coisas não são assim. Ao tematizar questões que dizem respeito à objetividade no campo da moral, ele faz a moral mergulhar na fluidez que caracteriza a vida subjetiva. À maneira das proposições dobradiças, os compromissos morais resistem à mais funda incerteza, pois as ações humanas têm inevitavelmente repercussões que ultrapassam os limites de seu autor, não havendo sentido em ser justo ou injusto apenas em relação a si mesmo. Com isso, estaria apto a desfrutar da objetividade que a dúvida cética não permite à epistemologia. A introdução da distinção entre ética e moralidade, no entanto, faz ver a impermeabilidade da ética ao espaço público em que as ações morais são feitas. O principal efeito disso é o esvaziamento da ética na ausência de uma moral que venha em seu socorro, dotando seus princípios de um conteúdo determinado. É em razão dessa conexão entre ética e moral que nunca estou sozinho como quem usa uma linguagem privada, quando na solidão de minha consciência, especulo o que deveria ou não fazer. (Venturinha 2018, pp.90–1)

A exploração da questão a respeito da possibilidade de desenvolver princípios éticos dos quais princípios morais se seguiriam lança luz sobre o fosso que separa o espaço público do mundo da consciência, mostrando ser impossível um acerto de contas definitivo entre a objetividade da norma moral e o caráter íntimo da decisão subjetiva. Com efeito, se a norma preserva a sua objetividade a despeito da interferência de elementos eminentemente subjetivos em sua aplicação ou mesmo na sua compreensão, a aplicação da norma não escapa à fluidez à qual a vida subjetiva está incontornavelmente submetida. Como a objetividade da norma não pode prescindir de um contexto que lhe dê guarida, a validade da norma é prejudicada pela fluidez da aplicação da norma, de maneira que a comunidade moral regulada por ela tem o caminho aberto para avaliar ações à sua revelia, como é bem o caso do poeta cuja dedicação à arte implica sacrificar o amor aos filhos, sendo enaltecido em virtude do caráter nobre de um tal sacrifício. A fluidez da aplicação da norma, portanto, produz

uma incerteza de outra ordem. E somente um mundo fora do tempo seria propício à determinação cega da norma.

Os problemas enfrentados pelo livro de Nuno Venturinha não são exatamente wittgensteinianos, tampouco os caminhos que persegue para resolvê-los, mas ensaia uma forma wittgensteiniana de abordá-los. Em *Sobre a Certeza*, Wittgenstein diz que suas anotações talvez pudessem interessar a alguém capaz de pensá-las por si próprio. (1969, §389) Alguém assim estaria em condições de reconhecer o alvo no qual ele mirou, com independência de ele o ter acertado em cheio. É bastante conhecida, além disso, a afirmação que Wittgenstein faz constar no prefácio às *Investigações Filosóficas* que trata de caracterizar sua investigação como esboços de paisagens, destituindo-a da pretensão de apresentar um retrato definitivo das questões que observa. (2009, p.2) Essa afirmação pode muito bem ser lida como uma advertência ao leitor, que está diante de uma obra não comprometida com a formulação de respostas capazes de fechar as questões. Recusa-se, assim, a situar soluções para problemas filosóficos num ambiente etéreo, avesso à condição humana. O livro de Nuno Venturinha mostra os problemas que resultam da tentativa de fazer o que a obra de Wittgenstein recusa-se a fazer. Não é fortuito o lugar reservado à poesia em seu desenvolvimento. Se a palavra do poeta pode arrematar as expressões do filósofo, é que a filosofia tem em comum com as artes a tentativa desesperançada de escapar ao tempo. A imaginação poética prescinde da caução da realidade e suas mais luxuriantes invenções sequer têm lugar no mundo entendido simplesmente como um amontoado de coisas. Prenhe de subjetivismo, talvez por isso a poesia escape mais facilmente ao tempo. Também por essa razão este texto não pretende fazer-se esquecer ao conseguir exprimir, como se pudesse oferecer o livro de Nuno Venturinha em si mesmo, encobrando a perspectiva sob a qual o apresenta ao leitor. Não é mais nem menos do que a captura de um golpe de vista cativado pela leitura do livro, certo de que o leitor cuidará de fazer a sua própria ao seu tempo.

Referências

Wittgenstein, L. 1969. *On Certainty*. Oxford: Basil Blackwell.

Wittgenstein, L. 2009. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.